

Um ano de Governo Lula
Na trajetória da instabilidade e crise



O balanço do primeiro ano do Governo Lula, em debate que inaugurou o novo auditório do Corecon-RJ, teve mais pontos em comum do que dissonantes. Tanto o professor Wilson Cano, da Unicamp, quanto o professor Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, concordaram que a política macroeconômica do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva mantém as mesmas diretrizes e os mesmos constrangi-

mentos da política anterior. Para Wilson Cano, o país se mantém na rota de miniciclos de retomada e recessão. “Podemos até ter crescimento em 2004, mas logo mais adiante haverá nova crise”, disse. Para Reinaldo Gonçalves, o Governo Lula mantém o país na “trajetória de instabilidade e crise”, tornando a economia brasileira mais vulnerável. O ajuste feito, na opinião dele, é predatório, ineficaz e insustentável.

Especial 8 a 12

**Dívida do Rio
corresponde
ao seu orçamento**

Página 15

**Conselho
recupera arquivo
dos registros**

Página 13

**A economia
popular
no olho da rua**

Página 5

EDITORIAL

Rumos perigosos

O balanço feito pelos dois economistas e professores da Unicamp e da UFRJ, Wilson Cano e Reinaldo Gonçalves, sobre o primeiro ano do Governo Lula, traz à tona questões graves e que podem servir de alerta aos atuais governantes, caso haja ouvintes atentos e disponíveis em Brasília.

Os rumos assumidos na condução macroeconômica do país revelam, na opinião destes dois estudiosos – ambos com participação nos debates que subsidiaram a elaboração do programa econômico do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva – que o país vai se manter na trajetória da instabilidade e crise. Ou, como afirma o professor Cano, nos miniciclos de retomada e recessão que caracterizam as economias dos países da América Latina desde o final dos anos 80.

O balanço é o centro desta edição do *JE* que encerra o ano de 2003, e que traz também o interessante artigo da professora Lia Tiriba, da UFF, a respeito das fronteiras, limites e interseções das diferentes “estratégias de sobrevivência” a que a população recorre, recriando formas de economia que vão abranger da chamada “economia solidária” à informalidade que ocupa as ruas das grandes cidades, esgarçando ainda mais o processo de precarização das condições e relações de trabalho.

Apesar desta edição estar chegando a casas dos leitores apenas na primeira quinzena de janeiro de 2004, ainda é tempo de desejarmos a todos um ano repleto de conquistas e das mudanças tão almejadas pela sociedade brasileira. ■

Sumário

Página 3 Réquiem a Carlos André – Nelson Le Cocq

Página 5 O trabalho no olho da rua – Lia Tiriba ▼



Página 8 Especial - Balanço: um ano do Governo Lula

Página 13 Conselho recupera arquivo

Página 15 Dívida do Rio aumenta sem a amortização

Página 16 Entrega de prêmios inaugura novo auditório
Homenagem aos economistas Lia, Tolipan e Renato

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECOS - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Ceci Juruá, Paulo Passarinho, Paulo Mibielli, Sidney Pascotto, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo Santos, Gilberto Alcântara e Julio Miragaya

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: nilosgomes@bol.com.br

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:
Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: apoio@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: Sidney Pascotto • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** Ângela Maria Puppim Buzanovsky, Ceci Juruá, Francisco Bernardo Karam, Ronaldo Rangel, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo Santos, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** Arthur Câmara Cardozo, Eduardo Carnos Scaletsky, Julio Diniz Bastos Pinto, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Luiz Mario Behnken, Mario Luiz Freitas Lemos, Mauro Osório da Silva.

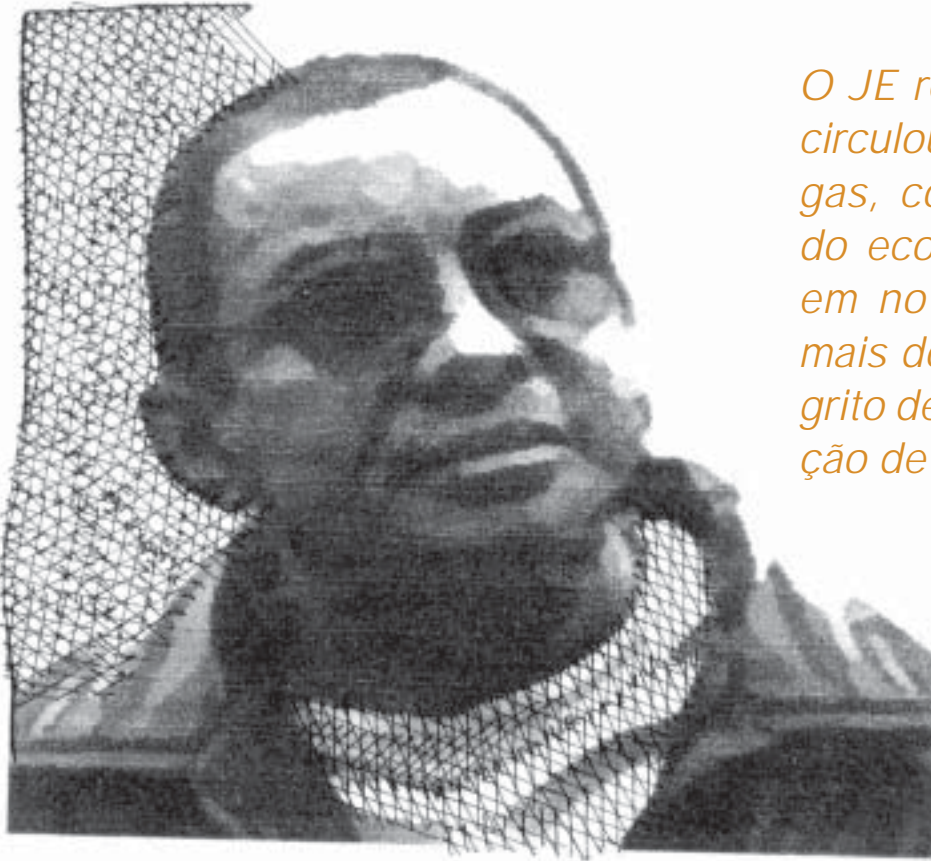
SINDECOS - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coodenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

RÉQUIEM A CARLOS ANDRÉ Nelson Le Cocq*

Um abraço para o amigo



O JE reproduz, a seguir, a carta que circulou na internet entre amigos, amigas, companheiras e companheiros do economista Carlos André, morto em novembro último, no Rio. Bem mais do que uma homenagem ou um grito de saudade, tem apenas a intenção de lembrar que os amigos que se vão permanecem para sempre em nós, como eternas e gratas lembranças que perduram até o reencontro final.

Carlos André:

Devo muita coisa a você, a começar por um bonito pulôver amarelo ferrugem, de boa lã, que você me emprestou e nunca devolvi. Usei-o muito, nas tantas noites e tardes frias daqueles anos setenta, pelo início dos oitenta. Devo também pelo amparo dado quando, voltando dos curtos anos passados na Bahia, busquei um emprego, em 1981, e você – além e acima das discordâncias políticas tão vívidas naquela esquerda revolucionária em mutação – correu a engendrar um lugar no IBGE, lugar que nunca ocupei por falta de sabedoria, sendo levado para uma assessoria política do vereador Antônio Carlos.

Obrigado André, por ter sido meu padrinho de casamento, em dezembro de 1979, e por me ter acompanhado em uma primeira investida rumo ao Sindicato dos

Economistas, eu já formado, no início dos anos 90 – ou terá sido no final dos 80?

Mais do que isso foi para mim muito importante que você tenha me encorajado a retomar o próprio curso de economia quando, lá por 1984/85, eu quase desisti perante currículos reformados, trabalho em tempo integral e falta de perspectiva. Você foi sempre o antídoto buscado nas horas em que jogar a toalha me parecia inevitável.

Não sei se você chegou a ter consciência disso, mas hoje tenho muito clara a falta que você vai me fazer aqui nestas paragens. É como a água encaçada, ou a luz elétrica que acendemos ligando o interruptor. Estão sempre ali, e só quando faltam é que nos damos conta da sua importância. Sinto agora a falta sem sentido da sua presença pegando o meu braço e dizendo: Nelson, vamos lá!

Vamos lá. Desde os textos que se apresentavam sob o título pomposo de “Aonde vamos”, até as infinitas indagações de para onde ir, que a vida sempre tem reposto, lá no tempo onde as condições eram de fato adversas, até nos tempos mais amenos – e para você talvez não tenham sido tão amenos – você me ofereceu sempre a escuta sem pressa, a atenção genuína e a cumplicidade a priori, a par e além das diferenças de opinião.

E agora me cai a ficha tão pesada e densa, a ficha de que sempre conversei com você sem reservas, sem os filtros e a malícia que vão amadurecendo em nós os anos e a ilusória experiência da vida. E esta coisa tão rara e tão simples, esta singela e indispensável preciosidade, onde esperar? Isto, na verdade, não se espera: ou é um fato óbvio, fruto de um longo cotidiano, ou não é. Acho que agora, como antes, continuará sendo mesmo com você, meu irmão.

Quando cheguei na Faculdade de Economia da UFRJ, no primeiro semestre de 1975, eu era gauche, mais gauche no mundo do que propriamente na política. Vindo de uma adolescência turbulenta e instável no subúrbio, o ambiente de repressão surreal e um certo esnobismo da zona sul me eram muito avessos.

Peixe fora d'água, vocacionado ao conflito doloroso com o *status quo*, nas suas mais diversas manifestações, tive a felicidade de encontrar na escola de

economia da Praia Vermelha um ambiente subterrâneo de acalorados debates políticos, que me fizeram ver e sentir minha própria estranheza como válida. A legitimidade da minha não identidade com as coisas do mundo tal qual elas eram dadas. A legitimidade da não identidade e a legitimidade da coragem de querer mudar, de encontrar os rumos – existenciais e políticos – que pudessem reinventar o mundo, nosso mundo, nossas vidas, todas as vidas.

Nada foi como o desejado naqueles anos, e nada foi em vão, de tudo o que fizemos. Foi você André, o principal agente deste reposicionamento meu no mundo, onde, então, não me via mais como um estranho no ninho, mas como parte de um movimento responsável por uma empreitada formidável em suas pretensões, e intrinsecamente justa e digna.

A sua dignidade humana sempre foi para mim admirável, a sua coragem de, em 1975 (ou 76?), discursar sobre uma escadaria da UFF para uma centena de pessoas e pregar a derrubada da ditadura militar e a construção de um Governo dos Trabalhadores da cidade e do campo, senti-me ali profundamente orgulhoso e, ao mesmo tempo, atemorizado pelas consequências da audácia.

Nem sempre os que semeiam colhem os frutos políticos e materiais da sementeira, mas em mim suas atitudes fizeram florescer todo o ânimo que me conduziu, junto a tantos outros, a persistir neste tantas vezes sinuoso rumo de acreditar que – de fato – podemos mudar as coisas do mundo.

E você mudou a mim mesmo, a minha vida e os meus sonhos. Sempre pensei em você na hora de urdir uma nova articulação, organizar alguma coisa melhor, agir politicamente. É como se aquele ambiente dos corredores da Praia Vermelha, ou se a mesa daquele apartamento no Flamengo, se mantivessem como um espaço mental para confabulações e projetos.

As últimas vezes que nos encontramos nas ruas – uma no Largo do Machado, há uns quarenta dias, outra na cidade, há umas três semanas, fora nosso encontro, você e Daniela, no aniversário da Claudia, dia 18 passado, todas as incontáveis vezes nestes quase trinta anos, sempre falamos com a alma empreendedora e a consciência das dificuldades. Mas sempre falamos com esperança sobre a vida e o futuro, futuro cujo horizonte a vida e a idade foram trazendo para mais perto do presente, mais palpável e pragmático, mas sempre um futuro a ser construído com dignidade e senso do que é justo e melhor.

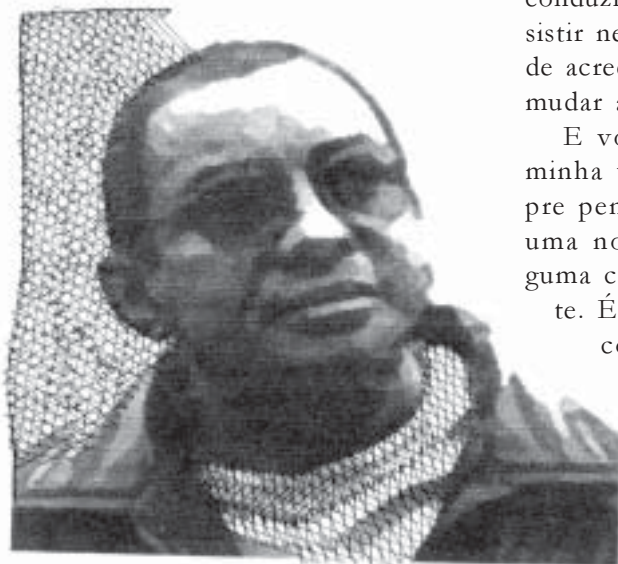
Carlos André, já que eu devo mesmo muito a você, vou pedir mais algumas coisas, por enquanto. Não sei como andam suas convicções religiosas, mas você faz parte de uma grande fraternidade luminosa e limpa, e onde você estiver estaremos juntos. Vá preparando o caminho para seus amigos que ainda estão por aqui, mas faça antes alguns favores imediatos.

Procure meu irmão José Eduardo, ele é jovial e bem humorado, além de empreendedor na política. Dê um abraço muito, muito grande na Thereza. Converse bastante com o Clóvis. Como você vai mesmo encontrar o Tom, diga a ele que sou grato por ter me exposto na telinha da Globonews, há uns sete anos passados. Abrace com muita força o Ricardo Bueno, e fale que eu gosto muito dele e que o Paulo continua tocando o Faixa Livre. Diga para o Renato que a homenagem a ele será feita ainda este ano, no Conselho. Já que você conhece todo mundo, diga para a Elis que ela é a maior cantora do Brasil. Cuide lá dos nossos amigos. Aqui, estaremos sentindo sua falta, mas continuarei conversando com você de vez em quando, pelo menos quando as coisas apertarem. ■

Do seu amigo,

Nelson

* Economista



PESQUISA Lia Tiriba*

O trabalho no olho da rua

Fronteiras da economia popular e da economia informal

Não sendo a demanda de trabalho assalariado idêntica ao crescimento do capital, ao invés de apenas um, existem muitos mundos do trabalho. Nas cidades do capital é possível perceber que, ao levar às últimas conseqüências a precarização da vida, o modelo neoliberal de acumulação obriga as pessoas a (re)criarem antigas e novas formas de trabalho.

rente à crise estrutural do emprego, além daqueles que buscam o caminho da associatividade, organizando cooperativas e grupos de produção, nos deparamos com uma infinidade de pessoas que, apresentando-se *individualmente* no mercado, fazem do espaço da rua o seu local de trabalho: são homens-estátua, malabaristas, comedores de fogo, distribuidores de panfletos, catadores de latinhas, vendedores de pamonha, doces e salgados. Sem falar da grande quantidade de vendedores de durepox, canetas, despertadores, escovas de dente da Xuxa e mil e uma coisas fabricadas no Paraguai e em outros *campos de concentração econômica* (Nuñez, 2003).

De acordo com o senso comum dos que transitam pela cidade, estes especialistas em “tecnologias de sobrevivência” são considerados – indiscriminadamente – trabalhadores *informais*. Mas, qual a diferença entre o vendedor de prestobarba e o vendedor de ervas medicinais? Qual a racionalidade econômica da atividade da trabalhadora que (ao invés de bauduco) vende biscoitos caseiros, com a ajuda dos familiares?

Afinal, a que setor(es) da economia pertence esta camada social que, segundo Marx (1984:208), não compoem o “exército ativo” e tampouco o “peso morto do exército industrial de reserva”, mas proporcionando ao capital “um reservatório inesgotável de força de trabalho”, representa a “categoria estagnada” da superpopulação relativamente excedente? Economia popular e economia informal são “farinha do mesmo saco”?

Os conceitos de economia formal e economia informal não são suficientes para explicar a complexidade das relações sociais. O conceito de economia popular nos ajuda a diferenciar a racionalidade das formas de fazer a economia. De acordo com o conceito de *economia popular*, “tendo os trabalhadores a posse e/ou a propriedade individual ou associativa dos meios de produção, ao invés do emprego da força de trabalho *alheio*, o princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir não apenas a subsistência imediata como também para produzir um excedente que possa ser trocado, no mercado da pequena produção mercantil, por outros





Rossana Henriques

valores de uso. Não se caracterizando pelo investimento de capital, mas pelo investimento em força de trabalho, o trabalho se constitui no principal fator de produção, gênesse e, ao mesmo tempo, resultado do conjunto dos demais fatores do processo de produção de bens e serviços.” (Icaza e Tiriba, 2003: 104). Neste setor participam, por exemplo, os trabalhadores das cooperativas *populares* e empresas autogestionárias, como também as crianças-malabaristas que fazem um verdadeiro espetáculo no sinal de trânsito.

O fato de o trabalhador ser oriundo dos setores populares, não confere à sua atividade o status de pertencer à economia popular. Compartilhando da mesma lógica da economia solidária, a economia popular

nega o emprego da força de trabalho como uma mercadoria. Assim, ao contrário de ambas, “da economia informal fazem parte as atividades de produção e distribuição de bens e serviços promovidas pelos empresários, ou seja, por aqueles que buscam o enriquecimento próprio, mediado pela exploração da força de trabalho daqueles que não são os proprietários dos meios de produção” (Ibid: 105). Apesar do discurso das autoridades públicas quanto à necessidade de “moralização do mercado” e “ordenação do espaço público”, as atividades da economia informal têm servido como mais um instrumento para escoar as mercadorias produzidas nas empresas de capital, formal ou informalmente estabelecidas.

Os oikotrabalhadore

Nossa recente pesquisa¹ revela que, assim como aqueles que se inserem na economia informal, a grande maioria dos atores da economia popular já desenvolveu algum

tipo de trabalho assalariado. Mesmo na condição de empregados, já viveram, de alguma maneira, a “informalidade”; não tiveram nenhum tipo de registro e, conseqüentemente, nenhum tipo de direito trabalhista ou social – o que nos reafirma que os critérios de legalidade ou ilegalidade do empreendimento não servem como critério para classificá-lo neste ou naquele setor da economia. Além do mais, “se a economia informal tem como uma de suas características a ‘ausência de vínculo empregatício’, isto não significa, necessariamente, que o trabalhador não tenha patrão”(Ib: 105).

Na verdade, sendo tênue a fronteira entre economia formal e economia informal, não é possível mais esconder que a informalidade sempre foi um “bem necessário” à flexibilização das relações entre capital e trabalho – processo que, embora agudizado com as políticas neoliberais, acompanha toda a história do capitalismo. “Caminhão roubado” ou emprego roubado?!! Afinal, quem

ganha com tantos durepox e tostines nas calçada?

Vendendo sonho de valsa ou vassoura fabricada em grupo de produção comunitária, as atividades dos trabalhadores de rua não vêm sendo reconhecidas pelo poder público. Ao mesmo tempo em que os ambulantes são perseguidos pela fiscalização, a própria burocracia dificulta que possam conseguir o “direito ao trabalho”.

A título de ilustração (o que parece uma brincadeira!), o regulamento do exercício do comércio e atividades profissionais ambulantes do Código de Posturas de Angra dos Reis (datado de 1976, e ainda em vigor) determina, por exemplo, o modelo da cadeira do engraxate e seu respectivo uniforme; que as baianas devem acondicionar as mercadorias em caixas envidraçadas, apoiadas por cavaletes; que vendedores de angu devem usar avental e gorro branco; que os tabuleiros dos incapacitados físicos não podem ultrapassar a dimensão de 0,90m x 0,60m; que as malas dos ambulantes têm que ter 0,70m. X 0,45m, com 0,30m. de altura. Assim, depois de um longo tempo de atividade nas ruas (que chega a mais de 20 anos), a imensa maioria aguarda sua licença de trabalho.



Com a crise estrutural do emprego, proliferam as estratégias de trabalho e de sobrevivência

Tem sido lugar comum dizer que os trabalhadores se apresentam “individual” ou “associativamente” no mercado – o que precisa ser redimensionado. Ora, *se todo trabalho é trabalho social, não é verdade que o “trabalhador individual” exerça sozinho uma atividade.* Sendo o trabalho uma atividade humana cujo processo envolve a relação com outros homens, é possível perceber que *por detrás dos geralmente denominados “trabalhadores por conta própria” existe um determinado número de pessoas a eles associadas.*

Nesta perspectiva, também teríamos que considerar aqueles que estamos nomeando de *Oikotrabalhadore*s. Como protagonistas ou atores-coadjuvantes da economia popular, são pessoas que, unidas por laços sociais de parentesco ou amizade, promovem e estimulam redes de solidariedade, em diferentes níveis e estilos. Sendo a melhoria da qualidade de vida o principal objetivo, das atividades da economia popular também fazem parte os mutirões para a construção de casas populares, para a limpeza do valão, a ajuda dos amigos para o conserto do telhado do vizinho, a organização de creches comunitárias, etc. Neste horizonte, os *sujeitos* da economia popular são todos aqueles que, direta ou indiretamente, participam do processo de reprodução ampliada da vida.

“Vale qualquer coisa sobreviver”

Economia popular é “coisa de pobre”? A chamada “informalidade” tem facilitado a inserção dos pobres na dinâmica da economia global. *No caso da economia popular, não sendo algo que “atrapalha” o modelo de desenvolvimento econômico (atualmente hegemônico), a mesma*

Apresentando-se em diferentes tempos históricos, a economia popular não é um fenômeno que se manifesta apenas no interior da sociedade capitalista, estando presente nas sociedades dos caçadores-coletores, nas sociedades escravistas, socialistas, etc.

também tem servido “como alívio aos pobres”. Com a crise estrutural do emprego, proliferam as estratégias de trabalho e de sobrevivência.

No entanto, *embora se torne, agora, mais evidente, a economia popular não é filha do desemprego e tampouco da pobreza.* Como “uma forma de produzir e distribuir bens e serviços que têm como horizonte a satisfação de valores de uso, a valorização do trabalho e a valorização do homem, o conceito de economia popular nos remete ao significado etimológico da palavra ‘economia’, a qual se origina do grego *Oikos* (casa) e *nemo* (eu distribuo, eu administro).

Assim como *Oikonomia* diz respeito ao ‘cuidado da casa’ (entendida como morada do ser), a economia popular é a forma pela qual, historicamente, os homens e mulheres que não vivem da exploração da força de trabalho alheio vêm tentando garantir o seu estar no mundo, tanto na unidade doméstica como no espaço mais amplo que envolve o bairro, a cidade, o país e o universo (aí incluído o Planeta Terra, como nossa Casa Comum)”. (Icaza e Tiriba, 2003:103)

Sendo a forma pela qual, historicamente, os setores populares tentam assegurar – a seu modo – a reprodução ampliada da vida, as estratégias de trabalho e de sobrevivência atravessam diferentes formações eco-

nômicas, plasmando-se (de forma hegemônica ou subalterna) em um determinado modo de produção e/ou modelo de desenvolvimento econômico. Apresentando-se em diferentes tempos históricos, a economia popular não é um fenômeno que se manifesta apenas no interior da sociedade capitalista, estando presente nas sociedades dos caçadores-coletores, nas sociedades escravistas, socialistas, etc.

Embora a economia popular não se configure, necessariamente, como “economia dos pobres”, é no contexto do modelo neoliberal de acumulação de capital que ela tem se apresentado, fortemente, como tal. Neste sentido, além de considerar as redes de convivência e as múltiplas relações que os seres humanos estabelecem com o mundo, não podemos esquecer que, com a globalização da economia (e



também da pobreza), “vale qualquer coisa sobreviver”, o que leva os trabalhadores a desenvolverem atividades de diferentes naturezas. Como lembra Canclini (1998: 20), *“os migrantes atravessam a cidade em muitas direções e instalam, precisamente nos cruzamentos, suas barracas de doces regionais e rádios de contrabando, ervas medicinais e videocassetes”.* ■

* Professora da Faculdade de Educação da UFF e autora do livro *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada* (Unijui, 2001).

Este artigo é extraído do original publicado na Revista Proposta/FASE, julho/ago de 2003.

1 “Educação e mundos do trabalho: retratos da economia popular em Angra dos Reis”, Universidade Federal Fluminense - UFF, 2003 (CNPq/Faperj).

Referências bibliográficas

- CANCLINI, Nestor G.: *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.
 ICAZA, Ana e TIRIBA, Lia: “Economia popular”. In Cattani, A.: *A outra economia*. Porto Alegre: Editora Voraz, 2003:101-109.
 LEFEBVRE, Henri: *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1.999.
 MARX, Karl : *O capital. Crítica da economia política*.Vol. 1, Livro 1. São Paulo.Abril Cultural, 1984.
 NUÑEZ, Orlando: *Plantaciones, enclaves, maquilas y clusters ¿Factores de desarrollo o campos de concentración económicos?*. Manáguá, 2003 (mimeo)



1 ANO DE GOVERNO LULA

Os rumos apontam para a mesma trajetória

Em debate realizado no último dia 27 de novembro, na inauguração do novo auditório do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, os professores Wilson Cano, da Unicamp, e Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, debateram o primeiro ano do Governo Lula. Ambos coincidem em, pelo menos, um ponto: os rumos



Wilson Cano, da Unicamp, Sidney Pascotto, do Corecon-RJ, Paulo Passarinho, do Sindecon, e Reinaldo Gonçalves, da UFRJ

da macroeconomia apontam para a manutenção da mesma trajetória da política econômica do governo anterior, o que, inevitavelmente, manterá o país em miniciclos de retomada e crise, com o agravamento dos problemas sociais, da vulnerabilidade externa e do constrangimento crescente da soberania do país nas decisões que digam respeito aos seus próprios interesses nacionais.

Publicamos a seguir uma edição do que foram ambas as palestras, cujas íntegras podem ser lidas na página dos economistas na internet – www.economistas.org.br. Como boa parte da análise de conjuntura feita pelo professor Wilson Cano já havia sido contemplada em sua entrevista ao *JE* de setembro, optamos em focar, de sua palestra, as explanações mais gerais que fez tanto sobre o modelo neoliberal quanto dos vínculos da atual política econômica com o receituário deste modelo.

Wilson Cano, da Unicamp

Cabe rechaçar este modelo

Fazer um balanço do governo é comparar o prometido com o cumprido, além das suas ações que não constavam eventualmente de um programa, analisar os seus sucessos com os insucessos. No caso presente, o governo não só não tem cumprido com grande parte do prometido, o seu programa de governo, como parece estar seguindo as linhas mestras da política econômica do anterior, que tão duramente combateu.

É verdade que em 22 de junho de 2002, em sua Carta ao Povo Brasileiro, o PT recusava qualquer forma de continuísmo, porém, se deixou impregnar pela ambigüidade, cavalcando dois cavalos ao mesmo tempo. Um, ao manter a promessa de crescer, desenvolver e distribuir, e outro afirmando que respeitaria todos os contratos com o capital e as obrigações do país para com o FMI. Lembremos ainda que a atuação exercida por FHC sobre os quatro candidatos para que se comprometessem com o acordo com o FMI tornaria ainda mais ambíguo e temeroso o desempenho do futuro presidente, qualquer que tivesse sido ele.

Cabe por outro modo discutir se a proposta original do PT era, primeiro, necessária para romper com o modelo neoliberal, e, segundo, quais as possibilidades e dificuldades teóricas e práticas para a sua formulação e execução e, terceiro, qual a viabilidade econômica e principalmente política para a sua implementação.

Em primeiro lugar, se buscamos e defendemos a idéia de que é absolutamente imprescindível a construção de uma alternativa ao modelo neoliberal, cabe rechaçá-lo. Mas não rechaçá-lo apenas com a retórica e, sim, rechaçá-lo em termos de se fazer uma crítica interna à estrutura e à dinâmica do modelo neoliberal.

O ideário

O que vem a ser o modelo neoliberal? A construção de um ideário do chamado Consenso de Washington tem a meu juízo duas questões fundamentais. A primeira, tentar criar mecanismos e instrumentos que pudessem agilizar a velocidade e o trânsito do capital financeiro internacional, com

isso tentar preservar o seu processo permanente de valorização e, ao mesmo tempo, empurrar a crise financeira internacional para frente, com a barriga.

A segunda questão, que toma o lado real da economia, é permitir que as grandes empresas transnacionais procedessem a sua reestruturação técnica, física, mercadológica, financeira, administrativa, de mercados, etc., para que pudessem não só dar vazão aos novos excedentes de bens e serviços que viessem a produzir, mas também para que pudessem, a partir do final dos anos 80, e, notadamente, na década de 90, proceder a continuidade das suas reestruturações na periferia do capitalismo, dado que, nos anos 80, elas se ocuparam acima do Mediterrâneo e acima do Rio Grande, fazendo lá as suas reestruturações.

A partir do final dos 80, elas tinham, obviamente, que proceder às suas reestruturações cá embaixo. Não teria sentido, uma Ford fazer um tipo de reestruturação ampla em sua matriz ou em sua filial alemã e deixar que as filiais latino-americanas ou africanas permanecessem operando da mesma forma.

Para isso, entretanto, elas precisavam romper com os freios e os obstáculos que persistiam até recentemente na periferia do capitalismo. Que freios eram esses? Era a presença de Estados nacionais que exerciam, de um lado, o protecionismo de seus mercados internos e, de outro, o direito soberano de regulamentar o movimento geral da economia, notadamente os fluxos internacionais de capitais.

Portanto, o Consenso de Washington vai fazer uma construção, um ideário, que tem como sua mira fundamental detonar os Estados nacionais protecionistas e reguladores, diminuir o seu tamanho e essa vai ser a reforma central do Consenso de Washington: Estado mínimo, diminuição do número de funcionários e eliminação de órgãos públicos, descentralização das esferas central para estadual e para municipal, culminando com a privatização de ativos públicos e a saída do Estado do âmbito da política econômica desenvolvimentista e reguladora.

Duas reformas eram absolutamente essenciais para isso. A primeira, a que levou



S. Scórfano

a cabo a desregulamentação do movimento internacional dos fluxos de capitais financeiros, ou seja, a abertura não só da conta de transações correntes, mas a abertura da conta de capital e as reformas internas dos sistemas financeiros nacionais. A segunda, a reforma da abertura comercial, para que os mercados antes protecionistas estivessem doravante escancarados para poder dar vazão aos excedentes das transnacionais.

Isso evidentemente seriam duas reformas parciais. Faltavam mais duas peças estratégicas, quais sejam, a reforma dos contratos das relações capital/trabalho, com os objetivos óbvios, não só de readaptar a funcionalidade do trabalho ao *timing* e aos novos processos produtivos, com as novas tecnologias, mas, fundamentalmente, da busca incessante do trabalho barato, e a reforma dos sistemas previdenciários públicos. E seus objetivos aí estão: primeiro, retirar da órbita do Estado o setor previdenciário e abrir com isso um flanco importantíssimo para o sistema financeiro privado; segundo, desalojar ou tentar desalojar da órbita do orçamento público o montante de gastos com a previdência pública, para abrir espaços para a crescente massa dos juros e amortizações das dívidas públicas internas.

Efeitos do modelo

Isso se fez, grosso modo, a partir do final de 1987. O Brasil foi o retardatário na América Latina e adotou-as a partir dos 90. Não preciso enfatizar números, pois todos estão familiarizados e sabem que as grandes diferenças substanciais entre os 80 e os 90 são que a taxa de desemprego aberto dobrou, o rendimento médio real da

Não há ajuste possível para que se possa, digamos, retomar um crescimento sustentado e a taxas expressivas mantendo-se a estrutura deste modelo. Ele, em si, traz a crise

classe trabalhadora caiu ainda mais – no caso brasileiro, em torno de 25%, segundo o Dieese –, houve uma enorme precarização do mercado de trabalho, e os problemas sociais e de distribuição de renda se agravaram. Isso culminou com uma exacerbação da violência, manifestada em todas as cidades latino-americanas de algum porte.

Os efeitos econômicos no lado real da economia são também mais do que conhecidos: desestruturação de cadeias produtivas, enxurrada de importações, a dívida externa que havia duplicado entre 70 e 80 duplica uma vez mais entre 80 e 90, a dívida da América Latina passa de US\$ 230 bilhões para US\$ 440 bilhões, na primeira década, e de US\$ 440 bilhões para US\$ 760 bilhões, na segunda década. No Brasil, passa de US\$ 60 bilhões para US\$ 120 bilhões e de US\$ 120 bilhões para US\$ 230 bilhões, dobrando, e a dívida pública interna no caso brasileiro bate todos os recordes mundiais, em termos de crescimento real da dívida.

Não cabe esparadrapo

O terceiro ponto que quero destacar – e esta é uma questão polêmica – é que entendo, que esse modelo não pode sofrer remendos. Não há emplastro que cure esse modelo, não há esparadrapo, aspirina que possa deixar ele menos pior. Não há, enfim, nenhuma forma de ajuste macroeconômico capaz de fazer com que a soberania econômica do país seja restaurada e o manejo da política econômica e da política de desenvolvimento possa ser, de novo, movido pelas decisões soberanas da nação.

O modelo tem uma dinâmica perversa. Pelo lado das mercadorias, porque a elasticidade das importações na dinâmica desse modelo é superior à do crescimento do produto, e só não o é em momentos de crise exacerbada de balanço de pagamentos.

As privatizações e desnacionalizações fizeram com que aumentassem tanto as oportunidades quanto a necessidade de financiamento externo, o que associado à expansão da dívida externa fez com que a conta de

juros e a conta de remessa de lucros crescessem de uma forma exacerbada no balanço de serviços, com o que explodiram todas as contas de saldo e transações correntes na América Latina inteira. A conta de capital naturalmente sofreria o impacto resultante disso: os volumes de financiamento externo e rolagem de dívidas cresceram como nunca se havia visto no país.

Casado com todo esse pacote de reformas, e esta foi uma peça fundamental na construção desse edifício, estão as políticas de estabilização, em que o mecanismo da âncora cambial e da âncora da dívida pública, mais as fortíssimas valorizações das moedas nacionais, quando da introdução desses planos, fizeram com que a enxurrada de importações impedisse aquele conhecido processo de remarcação cotidiana de preços, e os empresários nacionais, notadamente aqueles dos setores dos chamados bens transáveis, em especial a agricultura e indústria, sofressem um violento rebaixamento na estrutura dos seus preços relativos.

Este é o sucesso do combate à inflação e é o estopim com o qual se acelera a detonação do balanço de pagamentos. Mas isto é incurável por que? Porque para manter este estado de coisas e a dinâmica desse processo funcionando minimamente tem-se que manter permanentemente uma taxa de juros elevada, para poder atrair permanentemente fluxo de capital internacional para realimentar este buraco.

Ou seja, não sou dono da política de juros, como também não sou dono da política cambial. E, como corolário disso, também não sou dono da política de crédito. Não é por outra razão que os níveis de concessão de financiamento para o setor privado da economia brasileira são os mais baixos da sua história e talvez um dos mais baixos do mundo. Estamos com um nível de concessão de financiamento ao setor privado em torno de 22% a 25% do PIB, quando o normal é qualquer coisa acima de 45% e abaixo de 65% do PIB. Ou seja, praticamente, fechou-se o sistema de crédito nacional à produção e à circulação de mercadorias. Então, fico manietado no manejo dessas políticas.

Os miniciclos

O que sucede? Se baixar violentamente os juros, vou ter fuga de capital internacional, que vai arrebentar a conta de capital do balanço de pagamento e vou entrar numa crise cambial brutal. Vamos, então, aumentar o crédito. Mas aumentar o crédito significa que tenho que alterar os parâmetros da política monetária, da política fiscal e alterar a taxa de juros, o que significa que vou rasgar o acordo que escrevi com o FMI. Portanto, o modelo não pode receber qualquer espécie de paliativo, de remendo parcial. Não há ajuste possível para que se possa, digamos, retomar um crescimento sustentado e a taxas expressivas mantendo-se a estrutura deste modelo.

Ele, em si, traz a crise e isso pude constatar examinando as dinâmicas macroeconômicas dos principais países latino-americanos. O que se observa é que a cada nove ou 10 anos, de 1987 para cá, há três anos em que a economia cresce a taxas expressivas, o que agudiza ainda mais a demanda de moeda externa e de financiamento e gera uma precipitação de crise do balanço de pagamentos. Os bancos encolhem a concessão de crédito e se agrava ainda mais a situação cambial do país, e se mergulha em uma desaceleração e em seguida numa recessão.

Passados dois ou três anos de crise, se reacendem as exportações, porque com a crise cambial se desvalorizou o câmbio e a recessão interna pelo controle do gasto público conteve parte da demanda agregada, o que faz com que os empresários tenham que exportar mais, como ocorre especificamente neste ano, no Brasil, com o que, então, se reacende de novo uma retomada, com início tênue e que depois vai se acelerar, como está se apregoando hoje, no país. Em qualquer instituição financeira que se preze, os vários órgãos do governo, já falam em crescer 3%, 3,5%, e já há quem fale em 4,5% para 2004.

É provável até que no ano que vem crescamos 3% a 4%, tal foi a rebaixa com a manutenção recessiva destes três anos. É possível um aumento de exportação, um reacender dos investimentos e que se possa crescer. Macroeconomicamente falando, é possível pensar em um crescimento. Entretanto, vai ser um outro miniciclo de crescimento que vai nos conduzir, em dois ou três anos, a uma nova penúria cambial. ■

Reinado Gonçalves, da UFRJ



Economia está mais vulnerável

Vou me concentrar no plano da vulnerabilidade externa, e reforçar um argumento geral de que as estratégias e as políticas do Governo Lula, quando existem, na verdade estão significando um rumo que vai manter a economia brasileira numa trajetória de instabilidade e crise. Não acho que seja um problema de transição, ou manobras de curto prazo, mas sim que as opções que estão sendo feitas claramente sinalizam um determinado tipo de modelo que vai continuar mantendo o Brasil numa trajetória de instabilidade e crise.

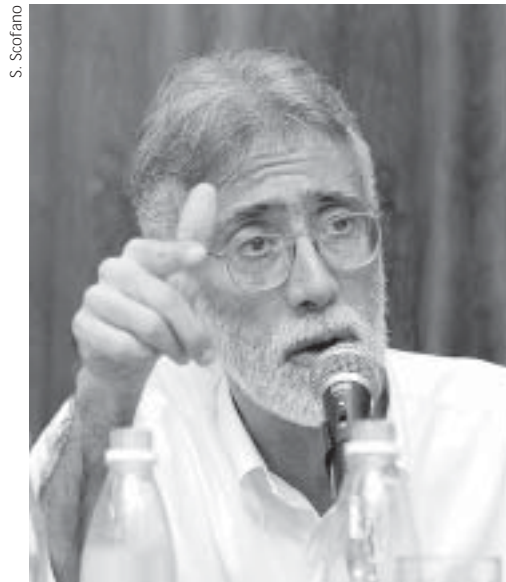
Quero ilustrar esse argumento com a questão das técnicas de ajuste do balanço de pagamentos. A questão da vulnerabilidade externa é central, é o eixo desestruturante da economia brasileira, e a pergunta que se faz sempre é como nós, economistas, resolvemos, tecnicamente, esse problema do balanço de pagamento no país.

As três opções

A primeira maneira é introduzir controle direto, controlar quantidade. O que se faz é olhar o balanço de pagamentos e ver o que não é fundamental ou que tem uma relação custo benefício altamente desfavorável, e passar a controlar quantitativamente, o que significa determinados movimentos de bens, serviços e fatores serem zerados ou se impor algum tipo de restrição quantitativa importante.

Não temos as divisas necessárias e suficientes para manter uma liberalização das nossas relações com o mundo, conforme a Suíça, EUA ou a França têm. E, portanto, a sociedade avalia que a divisa tem um custo social, é o famoso “custo social da divisa estrangeira”, e que, no caso do Brasil, ela é um múltiplo do preço de mercado. O resultado é que a sociedade não permitirá o livre funcionamento do mercado de câmbio. E ponto. São os famosos controles diretos.

A segunda alternativa é mexer na composição dos gastos na economia. É aquela idéia de estimular a produção de bens que não tenham componente importado muito grande e, portanto, desestimular as importações e estimular as exportações, via mecanismos de preço. O fundamental é o seguinte: tudo que vem do mundo deve ser



muito caro e aquilo que mandar para o mundo vai ficar barato, para gerar dólares.

Basicamente, se faz isto com política cambial: desvaloriza-se o câmbio, as importações ficam caras e as exportações ficam baratas e, com isso, se estimula a exportação e, portanto, a geração de renda e ao mesmo tempo se enfrenta o balanço de pagamento. Ao desvalorizar o câmbio também se estimula a substituição de importações.

Em outras palavras, é uma maneira de se enfrentar o problema do balanço de pagamentos e ao mesmo tempo se ter o lado produtivo real avançando. Muda-se a composição de gasto, com mais absorção interna e menos vazamento de renda para o exterior, via importação de bens e serviços. O instrumento fundamental é a política cambial, por um lado, e ter uma política comercial em que se coloque tarifas e medidas não tarifárias e se encareça as importações.

Outro mecanismo é a política fiscal, em que se impõem impostos específicos sobre aquelas coisas que vêm do mundo. Por exemplo, em viagens internacionais se pode ter um IOF específico. Não há nenhuma razão para que o câmbio para se importar fármacos, petróleo e trigo seja exatamente o mesmo câmbio que as pessoas comprem para gastar em Cancun, porque o dólar tem um custo social para o país. O resultado, então, é que se pode usar basicamente a política cambial, desvalorizando, política comercial restritiva, medidas tarifárias e não tarifárias e políticas fiscais.

A terceira forma é a redução de gastos, as pessoas ficarem mais pobres e com isso demandarem menos bens e serviços colhidos no exterior. Como se faz isso? Basicamente, com uma política fiscal restritiva, uma política monetária restritiva, que tem a vantagem de também atrair capital de fora, uma política de crédito restritiva e política salarial restritiva. O grande problema disso é que provoca claramente um quadro de recessão.

A opção do Governo Lula

No, Brasil, qual foi a opção feita pelo Governo Lula? Os dados são evidentes. O PIB *per capita* do Brasil e a renda *per capita*, nos últimos nove meses, caíram 3%, vis-à-vis o ano passado. A renda *per capita* neste terceiro trimestre caiu 3% e, nos nove primeiros meses deste ano, vis-à-vis os nove primeiros meses do ano passado, caiu 1,8%.

O que nós temos nestes dois números de queda de PIB – da ordem de 3% o PIB *per capita* no trimestre e 1,8% ao longo dos nove primeiros meses do ano, – é que eles significam que a opção que o Governo fez foi pela alternativa três. A chamada contenção dos gastos, contração da demanda agregada, com política monetária altamente restritiva, uma política de mega superávit primário, que é extraordinariamente restritiva, política salarial igualmente restritiva, política de crédito igualmente restritiva.

E mais, quando olhamos a segunda alternativa, que era a de mudança da composição de gastos, vamos ver que o Governo Lula foi exatamente no sentido contrário. Em vez de desvalorizar o câmbio, usar a política comercial e a fiscal para estimular mudança na composição de gasto, no sentido de ter mais absorção interna e menos gasto com o exterior, o que ele fez foi apreciar o câmbio de R\$ 3,54 para R\$ 3. Com essa política o que se faz na realidade é estimular o aumento do gasto com o exterior, porque barateia o que vem de fora.

É óbvio que isto tem uma razão: o objetivo foi usar câmbio para, na verdade, voltar a 1994/95, usando câmbio para combater inflação e não para ajustar o balanço de pagamentos. Com isso, se acabou sobre-carregando a questão da contração da demanda agregada e daí essa recessão

brutal. Com relação à primeira opção, de controle direto: zero. Muito pelo contrário, a última novidade é um pacote de simplificação de procedimento para importações.

Em síntese, do ponto de vista estritamente técnico, o que o Governo Lula fez para o ajuste do balanço de pagamento foi uma opção única, via contração da demanda agregada. Qual o resultado? É esta recessão e este desemprego, só que, do ponto de vista do ajuste do balanço de pagamento, o que se pode observar é que toda vez que isto foi feito no Brasil – e isto desde 1995 – o que vimos foi o desemprego. Isso é o óbvio, porque faz parte da própria terapia, que é a dor da cirurgia, mas que mostra que este tipo de intervenção cirúrgica, via recessão, não resolve o problema.

A retomada dos EUA

No caso da economia brasileira o que ela mostrou, nos últimos oito anos, foi que neles tivemos seis anos de crise cambial. Isto é, a cada quatro anos, crise cambial em três anos. Como este ano não tivemos crise cambial a probabilidade de ocorrência de uma crise cambial nos próximos três anos, no Governo Lula, é 100%.

Nota de rodapé: a economia americana está retomando o crescimento. O que aconteceu nos últimos 12 meses? Houve um afluxo muito grande de capital, principalmente de curto prazo. Por que isso? Porque a economia americana tem três problemas, do ponto de vista do sistema financeiro internacional. Um, é que ela estava com um desempenho medíocre, numa situação recessiva. Dois, é que havia uma brutal instabilidade do mercado financeiro norte-americano. E, por fim, havia uma brutal incerteza em relação à paridade euro-dólar. O resultado desses três fatores foi que os investidores internacionais evitaram, em certa medida, fazer aplicações nos EUA. Portanto, sobrou um certo dinheiro. Com esse dinheiro, houve uma realocação do *portfólio* internacional, que fez com que países que tinham taxas de juros de curto prazo muito altas se beneficiassem desse tipo de captação de recursos.

Não é por outra razão que todos os países emergentes, da Indonésia ao Brasil, passando pela Nigéria, tiveram redução de risco ao longo dos últimos 12 meses. Por que? Porque estava sobrando dinheiro no mundo. A economia americana retomando, o mercado de capitais americano volta para os trilhos, a paridade euro-dólar já não é tão instável como era há nove, 10, 12 meses atrás, e o resultado é que vai sobrar menos dinheiro.

Portanto, a retomada do crescimento da economia americana e no mundo não necessariamente é uma coisa boa para a economia brasileira. Em síntese, o que estou dizendo é que continuamos com o mesmo problema dos últimos oito anos: se reduz o juro, agora, no próximo problema de fluidez internacional se terá de colocar o juro em 21,5%, 35%, ou em 45%, conforme o Pedro Malan fez, e novamente se volta à trajetória de instabilidade e crise.

Maior vulnerabilidade externa

No que diz respeito à vulnerabilidade externa, essas medidas de curto prazo, do ponto de vista técnico, são ineficazes. Do ponto de vista mais estrutural, o argumento é que o Governo Lula está aumentando a vulnerabilidade externa da economia brasileira, na dimensão comercial, produtiva real, tecnológica e na dimensão monetária e financeira.

Na dimensão comercial, Lula está fazendo uma reprimarização da pauta de exportação brasileira, que cresceu substantivamente este ano em grande medida em função de *commodities*. Vão dizer que se abriu para novos mercados. Mas se for ver, o aumento de exportação para China e para Holanda foi de soja. Em outros mercados, a carne.

O Brasil está exportando muito em função de: açúcar demerara, que é do século 18; fumo e folha, século 16; café em grão, que é século 19; aí melhora com o café sendo refinado; e depois vem carne, suco de laranja e soja. Isto é uma reprimarização da pauta de exportações. A balança comercial ficou mais vulnerável e não menos vulnerável. A nossa vulnerabilidade na di-

mensão comercial está pior do que antes.

Com relação à tecnológica não vou entrar, porque os indicadores estão evidentes. O Brasil continua desmontando o seu sistema nacional de inovação. Na área produtiva real, o que se observa é que, no Governo Lula, a política é de continuar a privatização. Quando se lê a notícia que se vai fazer Angra 3 com empresa francesa financiada pelo BNDES, isto significa ter o produtivo real, no Brasil, com não residente, no setor de não *tradeables*, onde eles não trazem nenhuma vantagem específica, como, por exemplo, tecnologia e capacidade gerencial, organizacional e mercadológica.

O último aspecto é na área monetária e financeira. A dívida externa continua aumentando, e a redução da exposição cambial do Tesouro brasileiro, na realidade, é pura lorota, pois, na realidade, caiu de 35% para 25% a exposição da dívida pública, mas isso só ocorreu, em primeiro lugar, porque está se fazendo “swap” para 2008, de longo prazo, gerando uma vulnerabilidade na área financeira e monetária vinculada à dívida pública no longo prazo. Está se reduzindo a exposição cambial porque há um excesso de oferta de dólar. A partir do momento que houver escassez, no governo Fernando Henrique era a mesma coisa: dava uma reduzida na exposição cambial quando havia excesso de dólar; e quando havia escassez o governo entrava e fazia “hedge” para o setor privado, e aí aumentava a exposição cambial.

Em síntese, este ajuste do balanço de pagamentos, se é possível que alguém o chame de eficaz, não é sustentável. Ele é predatório, com todos os custos como a recessão e a queda da renda. Ele não é sustentável porque a experiência brasileira mostrou e continua mostrando: o Brasil precisa usar controle direto e ter mudança na composição de gasto e não no nível de gasto. Tão grave quanto isso é que, do ponto de vista estrutural, aumentamos a vulnerabilidade externa. E com isso não podemos ser complacentes. É novamente a trajetória de instabilidade e crise que vai se repetir, daqui para frente.

Eles estão absolutamente conscientes disso. Não estão fazendo porque não conheçam o receituário, todo mundo o conhece, é coisa de terceiro ano da faculdade de economia. Eles fazem isso claramente como opção, seguindo a linha de menor resistência. Mas a experiência brasileira, dos anos 80 e dos anos 90, mostra que toda vez que a gente seguiu a linha de menor resistência acabou dando errado. ■

Em síntese, este ajuste do balanço de pagamentos, se é possível que alguém o chame de eficaz, não é sustentável. Ele é predatório, com todos os custos como a recessão, o desemprego e a queda da renda

INSTITUCIONAL

Conselho recupera arquivo

Mais de 30 mil processos de registros de profissionais e empresas de economia do estado do Rio de Janeiro foram recuperados e reorganizados



Que estava entocado como uma pilha de papéis amarrados e de caixotes de pastas, devidamente empoeirados, alguns em estado precário, espalhados em uma sala na sede da entidade, tornou-se o Ar-

quivo de Processos de Registros Profissionais do Conselho Regional de Economia – Corecon-RJ, com toda a documentação existente sobre os milhares de registros de profissionais e empresas da área, no estado do Rio de Janeiro.

Recuperado e organizado por uma equipe de profissionais especializados em arquivo e documentação, aquele conjunto desordenado de pastas de processos e documentos é hoje um instrumento de consulta e informação, de orientação à ação fiscalizadora do Conselho, constituindo-se, ao mesmo tempo, em um importante “lugar de memória” da entidade, de seus profissionais e da própria economia.

Recuperação e treinamento

Mas o que levou o arquivo do Conselho àquela situação de tamanha precariedade?

“Por decisão administrativa tomada no decorrer do ano de 1997, o conjunto dos processos de registro da entidade foi con-

fiado à guarda de terceiros. Quando da devolução desses processos, em julho de 2001, à posse da entidade, verificou-se que os mesmos encontravam-se em lamentável estado de conservação e organização. Àquela época, em função das profundas dificuldades financeiras por que passava este Corecon, as iniciativas visando a recomposição desse importante instrumento de trabalho foram limitadas à capacidade operacional própria da Secretaria de Registro e Fiscalização”, esclareceu o presidente do Conselho, Sidney Pascotto, em ofício encaminhado ao conselheiro Ronaldo Rangel.

“Não bastasse isto, quando do ajuizamento de ações rotineiras de execução fiscal também em 2001, deparamo-nos com a absoluta precariedade das informações constantes em nosso banco de dados informatizado. Tais inconsistências vão, desde a ausência de informações vitais ao cumprimento do papel da entidade, até a absoluta falta de segurança sobre os dados existentes nesse cadastro”, complementou.

Em abril de 2003, foi iniciado o projeto de recomposição e reorganização do

arquivo, que se estendeu até fins de agosto, com o redimensionamento do espaço físico, estabelecimento do arranjo funcional, a reorganização dos processos de registros profissionais, com a respectiva limpeza, higienização e inserção de documentos dispersos em cerca de 800 processos relativos a pessoas jurídicas, além da identificação de rolos de microfilmes que estavam dispersos e sem informação externa.

Foi elaborado um instrumental técnico, com inventário do acervo, quadro topográfico, guia e identificação e sinalização visual das estantes. Funcionários do Conselho foram treinados para o manuseio e a constante atualização dos dados e informações, e iniciou-se a reorganização dos 32 mil processos de registros de profissionais pessoas físicas existentes no novo arquivo do Conselho.

Ocupando cerca de 24 metros quadrados, a Sala do Arquivo armazena, hoje, mais de mil caixas de documentação, dispostas e organizadas em quase 30 estantes de sete prateleiras cada uma. ■

Curso preparatório para a Anpec

Atendendo a solicitações, o Corecon-RJ oferecerá, em 2004, a economistas e estudantes de economia o curso preparatório para a prova da Anpec – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia.

A Anpec, fundada em 1973, reúne instituições brasileiras que formam e especializam pessoas em pós-graduação em Economia. Dentre as atividades que desenvolve está a organização do Exame Nacional para seleção dos ingressantes nos programas de mestrado do País.

As inscrições para o preparatório do Corecon-RJ estão abertas e o número de vagas está limitado a 30 alunos. Com início previsto para o dia 1º de março e término em 8 de outubro de 2004, o curso conta com uma equipe de primeira linha e abrangerá as disciplinas Macroeconomia, Microeconomia, Matemática, Estatística e Economia Brasileira.

As aulas serão realizadas de segunda a sexta-feira, no horário de 18h45 às 21h30h, no Conselho.

Mais informações podem ser obtidas na página: www.economistas.org.br ou stephen@corecon-rj.org.br ou, ainda, pelo telefax 2232-8178. ■

ANPEC - 2004

CURSO PREPARATÓRIO PARA A PROVA DA ANPEC
Associação dos Centros de Pós-Graduação em Economia

MATRÍCULAS ABERTAS

Local: Conselho Regional de Economia – 1ª Região
Aulas de 18h45 às 21h30 (segunda a sexta)
Início: 1º de março de 2004

Economia Brasileira
Macroeconomia
Microeconomia
Matemática
Estatística

Inscrições e informações: www.economistas.org.br
Av. Rio Branco, 106 – 10º e 11º andares
curso@corecon-rj.org.br
Telefone: 2232-8178



*Agilidade. Está aí uma coisa de
que você não pode abrir mão.*

www.banrisul.com.br

Cliente do **Banrisul** tem banco em casa ou na empresa vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, bastando possuir um computador ligado à internet. É a *Agência Virtual Banrisul*. Fácil de usar, basta você acessar www.banrisul.com.br para realizar suas operações com rapidez, comodidade e total segurança. Passe numa de nossas agências e informe-se melhor. Você vai ver que, além de agilidade, o **Banrisul** tem muito mais a oferecer.

banrisul



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Agência Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 463 - Centro - Tel.: (21)2224.2282

Agência Copacabana

Av. N. Sra. de Copacabana, 827A - Tel.: (21) 2548.6089

Agência Tijuca

R. General Roca, 798 - Tel.: (21)2567.7886

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Dívida do Rio aumenta sem a amortização

Dívida do município já é do tamanho do orçamento

De acordo com a proposta orçamentária para 2004, a previsão feita para o pagamento dos juros da dívida do município é de R\$ 449 milhões, ou seja, há uma previsão de queda de 3% do pagamento dos mesmos em relação a 2003, que está estimado em R\$ 465 milhões.

Essa queda dos juros, caso ocorra, irá romper a tendência de crescimento destes, que vinha ocorrendo desde 2002. Em 2001, os juros tiveram uma redução de R\$ 41 milhões em relação ao ano anterior, conforme a prestação de contas de 2001. No entanto, a partir deste ano, não parou de crescer.

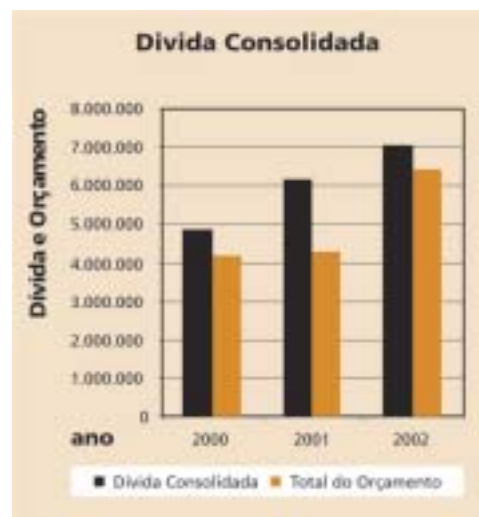
A amortização da dívida, segundo as prestações de contas de 2000 a 2002, não passou de R\$ 165 milhões. Entretanto, as propostas orçamentárias de 2003 e 2004, trazem perspectivas muito superiores, estimadas em R\$ 465 milhões e R\$ 1,4 bilhão, respectivamente.

Cabe ressaltar que, em 2002, o município, praticamente, não honrou suas dívidas (o que, inclusive, foi tema de matéria do *JE* em maio/03, com o título: "Prefeitura fez caixa, não pagando a dívida"). A falta de amortização faz com que a dívida consolidada se expanda muito, a cada ano. O gráfico abaixo mostra a evolução da dívida consolidada no período de 1994 a 2002.

A dívida que em 2000 era de R\$ 4,8 bilhões, em 2001 chegou a R\$ 6,1 bilhões, e, em 2002, após o não cumprimento da

amortização, a dívida consolidada alcançou R\$ 7 bilhões. Tendo em vista que, para o ano de 2002, o total do orçamento, ou seja, tudo o que foi arrecadado, foi R\$ 6,4 bilhões, dá para se ter uma noção mais exata de quanto representa essa dívida para os cofres do município.

Segue abaixo um gráfico contrapondo a dívida consolidada e o total arrecadado do orçamento.



Investimentos

Os investimentos estão previstos em R\$ 927 milhões, o que representa uma expansão de 10% da previsão feita para 2003 (R\$ 832 milhões). Vale ressaltar que, de 2001 para 2002, os investimentos se expandiram em 64%. A quantia investida em 2001 que era de R\$ 229 milhões, no ano seguinte foi de R\$ 640 milhões.

As inversões financeiras, a partir de 2001, passaram a dar grandes saltos. Em 2000, chegaram ao total de R\$ 28 milhões, no ano

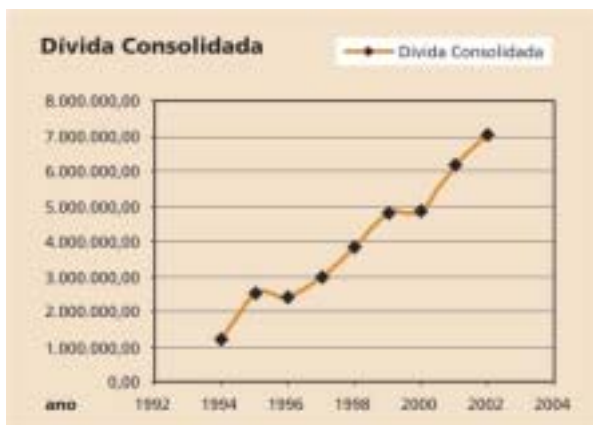
posterior tiveram uma queda e alcançaram apenas R\$ 16 milhões. Em 2002, as inversões financeiras totalizaram R\$ 166 milhões, e, em 2003, a previsão é que elas atinjam R\$ 291 milhões. Para 2004, a expansão será de R\$ 25 %, isto é, as inversões financeiras estão estimadas em R\$ 390 milhões.

Em contrapartida, as operações de crédito e as aplicações financeiras confirmam a postura de administrador de carteira da prefeitura do Rio. Para 2004, estão estimados aumentos de 39% e 21%, respectivamente. As operações de crédito estão estimadas em R\$ 100 milhões a mais em relação à proposta de 2003, e as aplicações financeiras em R\$ 66 milhões a mais.

Segue abaixo uma tabela que apresenta as operações de crédito e as aplicações financeiras, de 2000 à proposta de 2004, e também as suas variações para o próximo ano.

De uma forma geral, percebe-se que o município tem aumentado constantemente seus investimentos, bem como as inversões financeiras. Em 2001 e 2002, as aplicações financeiras superaram em muito os volumes destinados a elas pela LOA dos respectivos anos, e não será, portanto, de se estranhar caso o mesmo ocorra em 2003 e 2004.

No entanto, para tais práticas a prefeitura tem se valido do não pagamento da dívida. O pagamento dos juros não contribui em nada para a melhora da situação financeira do município, uma vez que não reduz o saldo devedor e o dinheiro gasto em amortizações fica sempre distante de suas previsões. Aliado a isso, as operações de crédito tem sido feitas em um volume cada vez maior, desde 2000, o que aumenta a cada ano as obrigações de uma prefeitura que não tem se mostrado interessada em liquidá-las. ■



	2000	2001	2002	2003	2004	em R\$ mil var. 2003/04
Operações de Crédito	145.389	93.307	78.438	157.652	257.901	39%
Aplicações Financeiras	87.000	486.000	633.795	241.756	307.165	21%

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador - Estagiários: Mariana Filgueiras e Ricardo Monteiro

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br · Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br - Reuniões do Fórum: quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

Entrega de prêmios inaugura novo auditório do Corecon-RJ

A entrega do XIII Prêmio Anual de Monografia do Corecon-RJ marcou a inauguração do novo auditório do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. O evento, ocorrido no último dia 27 de novembro, também homenageou os economistas Ricardo Tolipan, Lia Haguenaer e Renato Melo, falecidos em 2002, com a entrega a seus familiares das caricaturas de cada um, desenhadas pelo artista e jornalista Cassio Loredano, colaborador do *JE*.

“O Prêmio de Monografia é um dos instrumentos que serve para realçar que o economista é um cientista social, os seus temas devem estar completamente ligados à problemática social”, disse o presidente do Conselho, Sidney Pascotto. O professor Wilson Cano, da Unicamp, que

depois participaria do debate sobre um ano do Governo Lula (ver página 8), fez a entrega da premiação de R\$ 1,6 mil à primeira colocada, Alexia de Freitas Rodrigues, formada na UFF e atualmente mestranda da Coppe, na UFRJ.

Orientada pela professora Hildete Pereira de Mello, Alexia venceu a premiação com a monografia “Determinantes do Investimento Ambiental na Indústria Brasileira”, cujo resumo, na forma de artigo, foi publicado na edição do *JE* de novembro. Foram também premiados Felipe Farah Schwartzman, da UFRJ, segundo colocado, orientado pelo professor Francisco Eduardo Pires de Souza; e, em terceiro lugar, Leonardo Treigher Sukman, da UFRJ, orientado pela professora Elisa Muller. ■



O professor Wilson Cano, a professora Hildete Pereira de Mello, que orientou o trabalho de Alexia de Freitas Rodrigues, premiada de 2003

Momento de emoção

A homenagem aos três economistas falecidos em 2002 – Ricardo Tolipan, Lia Haguenaer e Renato Melo – marcou com emoção a abertura da solenidade de entrega do XIII Prêmio de Monografia do Corecon-RJ, que lotou o novo auditório do Conselho. Lia, lembrada pelo economista Paulo Mibieli pelo traço característico que lhe captou Cassio Loredano em seu desenho, o cigarro na boca, Tolipan, cujas reminiscências no Instituto de Economia foram lembradas pelo seu colega João Sabóia, e Renato Melo, que conforme Ângela Pupin “ouvia, ouvia, lia, lia, escrevia, escrevia...”, foram homenageados com a entrega a seus familiares de suas caricaturas feitas por Loredano.

“Homenagem a um amigo, com quem lutamos por um mundo melhor”, disse Ângela Pupin, referindo-se a Renato Melo, o que, porém, de muitas formas é extensivo aos demais homenageados. Ângela lembrou, contudo, uma frase de Renato que se encaixa perfeitamente com o momento atual de nossa história brasileira: “Só a crítica radical permite nascer a esperança”. ■



Regina Gadioli recebe a caricatura de Renato Melo

